

17 DE OUTUBRO
DIA INTERNACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

A POBREZA MATA!

Olhamos com preocupação para o contexto atual. A redução significativa dos apoios e transferências sociais, os níveis de desemprego, a diminuição dos rendimentos do trabalho e o aumento dos impostos, contribuem para o agravamento das desigualdades, aumentando do fosso entre os mais ricos e os mais pobres e agudizando o sofrimento causado pela situação de pobreza.

Por muito que os números oficiais subestimem o forte agravamento da pobreza registada, a realidade vivida pelas inúmeras organizações que lidam no dia-a-dia com o fenómeno da pobreza é o testemunho do forte agravamento das condições de precariedade sentidas pela maioria das portuguesas e dos portugueses, em particular, os que se encontram em situação de maior precariedade económica e social.

Por isso mesmo prestamos atenção a outros indicadores:

- Olhamos com preocupação para os números associados ao desemprego jovem - e consequentemente para o crescimento da emigração -, para a taxa de natalidade e para o índice de envelhecimento da população portuguesa.
- Olhamos com preocupação para o montante do Salário Mínimo Nacional que, apesar do anunciado aumento de 20 euros, não permite fazer face às despesas mais básicas das famílias, contribuindo assim para o agravamento do número já muito elevado de trabalhadores pobres que existe em Portugal.
- Olhamos com preocupação para os cortes e para a limitação nas condições de acesso a medidas contra a pobreza, como o Rendimento Social de Inserção, que vêm agravar a situação de vulnerabilidade de pessoas e famílias que necessitam deste apoio e que não são abrangidos por qualquer outra medida de proteção social.
- Olhamos igualmente com muita apreensão para a redução drástica nos apoios à infância, nomeadamente ao nível do abono de família. Um país onde a taxa de natalidade é das mais baixas da Europa e onde a taxa de pobreza é das mais altas, não pode permitir cortes abruptos nos apoios. O abono de família deveria, em nosso entender, ser um direito universal.
- Preocupam-nos os cortes registados na área da saúde que, além de colocarem em risco a qualidade dos serviços prestados, já estão a afetar de forma dramática os grupos mais vulneráveis da população (idosos, doentes crónicos, crianças), na aquisição de medicamentos, no acesso aos

cuidados de saúde – aumento das taxas moderadoras, redução do pessoal, encerramento de serviços –, na prevista redução das deduções fiscais.

- Preocupa-nos o que se passa com o direito à educação, onde é manifesto o desinvestimento público e a má gestão dos recursos, com consequências particularmente gravosas para presente e futuro de crianças e jovens em situação de maior precariedade e risco de pobreza.

- Preocupa-nos ainda a deslocalização de muitos serviços públicos, assim como a transferência para o setor privado de áreas-chave da proteção social, sem que a isso correspondam vantagens para os portugueses, acarretando, pelo contrário, evidentes desigualdades no acesso a esses serviços por parte da população mais carenciada.

É com a maior apreensão que assistimos à substituição da lógica solidária do Estado social, baseada na prevenção da pobreza e da exclusão e na garantia dos direitos básicos de cidadania, por uma lógica burocrática de gestão e distribuição de recursos públicos, preocupada apenas com o controlo da despesa, o racionamento no uso dos recursos e a fiscalização dos cidadãos.

Constituindo a pobreza e a exclusão social uma negação dos direitos humanos, como o Parlamento expressamente reconheceu em 2008, esta mudança nas políticas sociais, feita de redução dos direitos e de aumento das obrigações dos cidadãos, a par da crescente desvinculação do Estado das suas responsabilidades sociais está a descaraterizar o modelo de Estado Social universalista que os portugueses amplamente sufragaram e a convertê-lo num Estado de mínima, escassa e ineficaz proteção, subsidiário da proteção privada.

A abordagem dos problemas de pobreza e exclusão social em Portugal está a ser fortemente marcada por uma ideologia ligada à emergência social, num recuo inesperado depois de várias décadas de intervenção marcadas pelo ideário da cidadania social, reconhecida constitucionalmente a partir de 1976.

Na verdade, não existe atualmente uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social, mas sim um conjunto de medidas avulsas que visam atenuar os problemas mais prementes e imediatos que afetam um número cada vez maior de famílias, devido ao aumento do desemprego, aos baixos salários, à redução na ajuda social pública e, em geral, à desigual distribuição do rendimento.

Lutar contra a pobreza implica o reconhecimento e a participação das pessoas em situação de pobreza na busca de respostas adequadas, respeitando a sua dignidade, os seus interesses e as suas aspirações, ouvindo-as e esclarecendo-as sobre o que se propõe, num trabalho conjunto e

personalizado que contribua para o aumento da sua autoestima e o reforço da sua capacidade de construção de um projeto de vida.

Hoje não se pode reivindicar uma estratégia de luta contra a pobreza sem alterar as políticas estruturais o que implica apostar em medidas de carácter transversal. É importante ter em conta a dimensão económica da pobreza e a política económica nacional deve ter essa preocupação. Mais, deve ser guiada e vigiada por esse objetivo. Para que tal aconteça cada Lei que o Parlamento aprova deve demonstrar ser escrutinada à “prova da pobreza”.

A definição de uma Estratégia de erradicação da Pobreza implica alterações profundas nas prioridades estabelecidas no que se entende por «desenvolvimento económico». A austeridade e os sucessivos cortes nos programas sociais que dela têm resultado baseiam-se no argumento de que só pode haver políticas sociais se e quando houver crescimento económico, ignorando por completo os efeitos positivos do bem-estar social sobre a economia, historicamente comprovados pela afluência económica dos países que têm políticas sociais mais generosas.

Fazer crer que, pela via do crescimento económico, particularmente de um crescimento que apenas concentra riqueza, se resolvem automaticamente os restantes problemas da sociedade é uma mistificação grosseira em sociedades como a portuguesa, em que existe uma tão desigual repartição dos rendimentos e em que apenas alguns beneficiam do acréscimo de riqueza gerado por tantos.

Sabe-se que não é assim, pelos números do desemprego, pelos dados do sobre-endividamento, da emigração, da pobreza e privação material. Daí a necessidade imperiosa de alterar a forma de conduzir as políticas públicas, “recentrando” as prioridades nos indivíduos e não nos mercados financeiros. É importante orientar as políticas económicas para o Crescimento, mas um Crescimento vocacionado para o Desenvolvimento e bem-estar dos cidadãos.

E porque a pobreza mata, esta mudança é ainda mais urgente. Até porque a pobreza também mata a Democracia.

Assim, se a **NECESSIDADE** de uma estratégia nacional é evidente e urgente, importa recordar que a decisão da União Europeia de que 20% do Fundo Social Europeu, entre 2014 e 2020, seja dedicada especificamente ao combate à Pobreza nos oferece uma **OPORTUNIDADE** única e irrepetível.

Falta a **VONTADE**, particularmente a vontade política, de concretizar este desígnio que tem que ser nacional e capaz de permitir a participação abrangente e corresponsável de todos os cidadãos, particularmente daqueles que enfrentam estes problemas na primeira pessoa.

É este o desafio que, num dia emblemático, lançamos a todos os portugueses e portuguesas. **Mobilizemo-nos para fazer da erradicação da Pobreza a primeira e mais urgente causa nacional!**

17 Outubro 2014